

Nesta Edição:

- Senado aprova ampliação da mistura de biocombustível na composição do diesel e da gasolina;
- Associações representativas da indústria participam de audiência pública sobre a Medida Provisória 651/2014;
- CDEIC debate alternativas para aprimorar o sistema logístico brasileiro;
- Câmara discute saúde e segurança do trabalhador na mineração;

Senado aprova ampliação da mistura de biocombustíveis na composição do diesel e da gasolina.

O Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão - PLV 14/2014, com origem na Medida Provisória 647/2014, que ampliou a participação percentual de biodiesel e etanol misturados, respectivamente, ao óleo diesel e à gasolina.

A Medida Provisória eleva, a partir de 1º de julho, o percentual obrigatório de biodiesel na composição do óleo diesel de 5% para 6%, prevendo uma nova ampliação para 7%, a partir do dia 1º de novembro de 2014. Também confere competência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE para reduzir este valor para 5%, mediante motivo justificado de interesse público.

A aprovação do PLV Nº 14/2014 aumentou o percentual máximo de adição de álcool anidro à gasolina para 27,5%, desde que constatada sua viabilidade técnica. Atualmente, segundo a Lei 8.723/1993, o governo pode elevar o percentual de mistura do etanol anidro até o limite de 25%, ou reduzi-lo até 18%.

O projeto segue para sanção presidencial.

Associações representativas da indústria participam de audiência pública sobre a Medida Provisória 651/2014

A Comissão Mista que analisa a MPV 651/2014, através do Presidente da comissão Senador Romero Jucá (PMDB-RR) e do Relator Deputado Newton Lima (PT/SP), realizou hoje a continuação da audiência pública, que iniciou-se no dia 05/08/2014, para ouvir as associações representativas da indústria. Participaram da audiência Rodolfo Zabisky, Coordenador do Brasil+Competitivo, Francesco Giannetti, Diretor Jurídico da UNICA, Carlos Buch Pastoriza, Presidente da ABIMAQ, Francisco Pallamolla, Presidente da ABIMO, Marcelo Vieira, da ABIQUIM e Roberto Oliveira, Presidente da ABR.

panel

■ **CDEIC** realizará audiência às 20h00 para discutir alterações ao ISS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados promoverá, às 20h00 desta terça-feira, 02/09, audiência pública para discutir alterações submetidas ao Projeto de Lei Complementar 366/2013, que trata da fixação da alíquota de ISS em 2%.

Na oportunidade, estarão presentes representantes do Ministério da Fazenda; do Conselho Nacional de Política Fazendária; da Confederação Nacional dos Municípios; da Frente Nacional dos Prefeitos; e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais.

O relato do evento será veiculado na edição do Novidades de 03/09/2014, quarta-feira.

Os expositores destacaram a importância da Medida Provisória para o setor industrial em um momento de fraca competitividade e com o cenário econômico negativo. Foram apontadas necessidades de melhorias ao texto da medida, dentre as quais destacam-se REFIS, REINTEGRA e Brasil-Competitivo.

No que se refere ao REFIS, Carlos Buch destacou a dificuldade ao exigir das empresas uma entrada que pode chegar até 20% do montante do débito, pois além de ter que pagar o imposto atual, tem que pagar a parcela do Refis e ainda dar um aporte de entrada no parcelamento, fato que dificulta a adimplência das empresas.

Marcelo Vieira destacou a necessidade de manutenção da amortização nos pagamentos antecipados do parcelamento, conforme já era previsto na Lei 11.941/2009, tema tratado pelas Emendas 259, 271 e 272 de autoria do Senador Romero Jucá (PMDB/RR).

O REINTEGRA recebeu o destaque positivo por ter se tornado definitivo, ou seja, não colocando um prazo final. Contudo, Carlos Buch, destacou que a carga tributária na exportação está muito elevada chegando a 6,5%, assim propôs que haja uma extensão do limite do REINTEGRA para 6%, fato que poderia desonerar as exportações e trazer mais competitividade.

Marcelo Vieira destacou a importância do REINTEGRA para melhorar a competitividade da indústria nacional e sugeriu a melhora no mecanismo de ressarcimento dos créditos que hoje é muito demorado, bem como a ampliação do dispositivo para admitir a inclusão das contribuições previdenciárias no rol de tributos a serem passíveis de compensação.

Com relação ao Brasil+Competitivo, Rodolfo Zabisky, destacou a importância da MPV ao contemplar que pequenas e médias empresas sejam incentivadas a captarem recursos no mercado financeiro, assim ao incentivar a abertura do capital há um aumento da competitividade empresarial e do fomento do empreendedorismo.

Contudo, apontou a necessidade de incentivar não só o investidor, que está isento do IR sobre o ganho de capital, mas também o empresário que precisa arcar com os altos custos da oferta de ações. Com isso destacou a necessidade de acolhimento das Emendas 144 e 146 do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ), sendo que a primeira aperfeiçoa o texto, aumentando o potencial de empresas que queiram acessar o capital de crescimento via emissão de ações, retirando a obrigatoriedade da empresa ter exclusivamente ações ordinárias e a segunda permitindo que 1/3 das despesas com a IPO gere crédito de IR futuros para a empresa.

Reforçou que esta operação não causaria renúncia fiscal, pois a expectativa com as operações é a de geração de mais de R\$ 84 bilhões de investimento privado produtivo, mais de 1,1 milhão de empregos formais, ganho líquido de R\$ 9,1 bilhões de IR e R\$ 6,8 bilhões de FGTS/INSS com a geração dos novos empregos.

panel

■ Cadastro Positivo passa a ter tramitação autônoma

Foi aprovado hoje no plenário do Senado o requerimento nº 266/14, de autoria do Senador Armando Monteiro, para que o PLC 85/2009(Cadastro Positivo) tramite em separado e siga para a Comissão de Meio Ambiente(CMA).

Tal projeto se encontrava apensado aos Projetos que versam sobre o Código de Defesa do Consumidor (PLS 281/2012; PLS 282/2012 e PLS 283/2012).

Honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho - Tramitação conjunta

O Senado aprovou também o requerimento nº 124/14, do Senador Cyro Miranda, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).

O requerimento aprovado decorreu de ação legislativa desenvolvida pela CNI.

O Deputado Otávio Leite autor das emendas presente na audiência, destacou a importância do acolhimento das mesmas para desonerar os empreendedores na abertura do capital.

O Deputado Newton Lima, relator, destacou a importância da MPV e das 334 emendas. Informou que pretende apresentar o relatório até o dia 6 de outubro para ser votado antes do vencimento do prazo.

No final, o Senador Romero Jucá suspendeu a audiência, remarcando sua continuidade para o dia 07 de outubro de 2014 às 11h00min, para a leitura e votação do parecer do relator.

CDEIC debate alternativas para aprimorar o sistema logístico brasileiro

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública para debater alternativas para melhoria do Sistema Logístico Brasileiro. Falaram: pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Matheus Braga de Castro; pelo Conselho Federal de Administração (CFA), Antonio Jorge Cunha Campos; pela Macrologística Ltda., Luiz Fernando Ferreira; pelo Conselho Regional de Administração do Estado do Amazonas (CRA-AM) José Carlos de Sá Colares; e o presidente do Instituto Aimberê Freitas, Aimberê Freitas.

O representante da CNI, Matheus Braga de Castro, asseverou que o principal problema da área está no baixo investimento. Apenas 2,1% do PIB brasileiro é investido em infraestrutura, quando o ideal seria investimentos da ordem de 5% do PIB nacional. Defendeu, ainda, que a baixa qualidade dos serviços logísticos se reflete na competitividade do produto nacional e na atratividade de novos investimentos no país.

Segundo ele, a indústria brasileira precisa de redes integradas de transporte e sistemas logísticos eficientes. “Precisamos passar por um modelo de logística racional e integrada para todas as regiões do Brasil.”

O diretor da Macrologística Ltda., Luiz Fernando Ferreira defendeu o planejamento estratégico de investimentos em infraestrutura de transporte baseado na visão sistêmica de eixos integrados de transporte com o objetivo de identificar e priorizar o investimento realizado em projetos que, de fato, permitam reduções no custo logístico de transporte e a solução dos gargalos existentes, tornando a logística de transporte regional mais eficiente e competitiva.

Os representantes do Conselho Federal e Regional de Administração apresentaram o Plano Brasil de Infraestrutura Logística (PBlog). Segundo os palestrantes o plano mostra o quadro atual da logística nacional e traça novo modelo para ampliar a competitividade.

A audiência foi proposta pela deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que presidiu a sessão. A deputada destacou que é consenso nacional o déficit vivido pelo sistema logístico brasileiro e finalizou informando que a Comissão produzirá documento com as ideias expostas na audiência para entregar aos presidentes.

Câmara discute saúde e segurança do trabalhador na mineração

Com o propósito de discutir o impacto da atividade minerária na saúde do trabalhador, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública hoje, 02 de setembro.

O PL 5807/2013 apresentado pelo governo e o relatório preliminar do relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), foram alvo de críticas no que refere ao trabalhador. O Movimento Sindical reivindica que a proposta contemple a proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores e que haja mais controle social sobre a atividade de mineração.

As centrais sindicais pretendem realizar a Primeira Conferência Nacional Participativa dos Bens Minerais, no primeiro semestre de 2015, para aprofundar a discussão sobre o Projeto.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.